

Conselho de Ministros: congelamento de preços e franja salarial

O GOVERNADO, através do Conselho de Ministros...

Em relação ao congelamento de preços...

Jorge Sampaio vai à ONU

ADMONICIONADO pelo Sr. João Castanho...

Depois de ter participado no dia 26 de Maio...

João Trigo foi escolhido a desporto pelo CDS...

Sã Carneiro em Leiria

CRISCA de 800 pessoas participaram numa sessão...

Grã Impresores ocupados

OS INSTALAÇÕES de imprensa da Imprensa...

Em relação ao problema da greve...

Manuel Serra adere ao PSP

OS RESULTADOS do movimento "Liberar o Rio..."

Cardia na Jugoslávia

UMA DELEGACÃO de Portugal, formada por...

Professores estagiários recebidos no MEN

A RESPOSTA governamental a pedido de diversos beneficiários...

O "EXPRESSO" a 7850

CINCO MESES Depois do aumento de 60 %...

Um bispo entre os sete convidados para o Conselho de Estado

ENCANTADO com a possibilidade de ser convidado...

Comunicando a nomeação atribuída...

Comunicando a nomeação atribuída...

Magalhães Mota suspende recenseamento eleitoral

COMUNICANDO a suspensão do recenseamento...

Combata para a 1.ª volta

Uma das principais questões...

Na agenda de Mário Soares: A paz imediata para a Guiné

RECORRENDO ao Sr. António de Almeida...

Manuel Serra adere ao PSP

OS RESULTADOS do movimento "Liberar o Rio..."

Cardia na Jugoslávia

UMA DELEGACÃO de Portugal, formada por...

Professores estagiários recebidos no MEN

A RESPOSTA governamental a pedido de diversos beneficiários...

O "EXPRESSO" a 7850

CINCO MESES Depois do aumento de 60 %...

Em relação ao congelamento de preços...

Comunicando a nomeação atribuída...

Comunicando a nomeação atribuída...

Magalhães Mota suspende recenseamento eleitoral

COMUNICANDO a suspensão do recenseamento...

Combata para a 1.ª volta

Uma das principais questões...

Na agenda de Mário Soares: A paz imediata para a Guiné

RECORRENDO ao Sr. António de Almeida...

Manuel Serra adere ao PSP

OS RESULTADOS do movimento "Liberar o Rio..."

Cardia na Jugoslávia

UMA DELEGACÃO de Portugal, formada por...

Professores estagiários recebidos no MEN

A RESPOSTA governamental a pedido de diversos beneficiários...

O "EXPRESSO" a 7850

CINCO MESES Depois do aumento de 60 %...

DEMOCRACIA EM TODA A PENINSULA IBERICA... EM ESPANHA DEPOIS DO 25 DE ABRIL EM PORTUGAL

DIÁRIO FRELIMO... A POLITICA DO TRABALHO EM 6 GRANDES EMPRESAS... DA ALGARVIA NASCER A NOVA LEGISLAÇÃO... O 25 de Abril não são dias de festa... A VIRGINIDADE... A PAZ IMEDIATA PARA A GUINE

Situação controversa em Timor agora sem "vendilhões do templo"

OS ACORDOS de Amboina, em Timor...

Após a assinatura dos acordos...

Em relação ao problema da greve...

Em relação ao problema da greve...

Ao som da Internacional o primeiro comício do P. C. P.

O PRIMEIRO comício do Partido Comunista Português...

Com o apoio de milhares de portugueses...

portualidade com Memomatic Omega... Omega Memomatic... O relógio de pulso que a vida e um projecto...

## Conselho de Ministros: congelamento de preços e franja salarial

O «SUSPENSE» criado pelas decisões do Conselho de Ministros em matéria de preços e salários não foi ainda oficialmente quebrado. A saída do Conselho de Ministros, os membros do Governo escaparam aos jornalistas, beneficiando da manifestação dos jovens estudantes que se concentrara em frente do Palácio de S. Bento. Os poucos ministros com quem conseguimos contactar, nessa ocasião, declararam apenas que nada podiam dizer.

O EXPRESSO, no entanto, conseguiu apurar que o problema, longamente debatido, ficara resolvido ontem, devendo ser divulgado hoje, pelas 11 horas, um comunicado, logo que estiver ultimada a redacção do diploma que estabelecerá as medidas adoptadas.

Entre estas, tanto quanto conseguimos investigar, determinarão o congelamento dos preços e criarão uma franja salarial aberta, na qual o Governo poderá intervir sempre que verificar que há perigos graves para a economia ou para a justiça social.

## Jorge Sampaio vai à ONU

ACOMPANHADO do eng.º João Cravinho, parte na próxima semana para Nova Iorque, na qualidade de enviado do ministro português dos Negócios Estrangeiros, o dr. Jorge Sampaio, que naquela cidade fará entrega ao secretário-geral das Nações Unidas de uma mensagem pessoal de Mário Soares.

Jorge Sampaio, que permanecerá cerca de dez dias na cidade onde está instalada a sede da ONU, é recebido na próxima segunda-feira pelo general António de Spínola, com quem tratará de problemas relacionados — segundo tudo leva a crer — com a futura acção e composição da delegação permanente de Portugal junto daquela organização internacional.

Jorge Sampaio foi candidato a deputado pela CDE de Lisboa em 1969, juntamente com Joaquim Mestre, José Manuel Galvão Teles e Vitor Wengorovius. Todos estes advogados viriam posteriormente a desolidarizar-se daquele agrupamento, tendo estado na base da constituição do actual Movimento da Esquerda Socialista.

## Sá Carneiro em Leiria

CERCA de 800 pessoas participaram numa sessão de esclarecimento que o núcleo de Leiria do PPD realizou ontem a noite nesta cidade com a presença do Ministro Sá Carneiro, os drs. T. Oliveira Dias e Ferreira Junior. Foram tratados pontos fundamentais das Linhas para um Programa: social-democracia, política económica, autarquias locais, ultramar:

## Gris Impressores ocupados

AS INSTALAÇÕES da empresa Gris-Impressores, ligada à Verbo, foram ocupadas pelos empregados, ontem às 17 horas, depois de lhes ter sido comunicado pela administração que não aceitava imediatamente as reivindicações apresentadas há uma semana.

Não há ainda situação de greve, mas apenas de ocupação permanente das instalações do Cacem, segundo apuramos no fim da tarde de ontem. Todos os horários estão a ser cumpridos e as máquinas estão em laboração normal, produzindo livros que, no entanto, os operários não deixam sair da firma.

Do conjunto de reivindicações, em que não figurava qualquer aumento salarial, fazem parte os pedidos de acatamento, por parte da empresa, de delegados dos operários com direito a voto, nas assembleias; a concessão do 14.º mês e subsídios de férias e de Natal, assistência médica e creche para os filhos dos empregados.

Foi-nos dito que na resposta da administração havia a possibilidade de fazer concessões em alguns pontos, mas sob um «esquema falacioso» e segundo um estatuto da empresa ainda por criar. A réplica dos empregados traduziu-se na imediata ocupação das instalações, podendo o conflito degenerar em greve nos próximos dias.

## Manuel Serra adere ao PSP

EM RESULTADO de conversações havidas entre Tito de Morais, do Conselho Directivo do Partido Socialista Português e uma delegação do Movimento Socialista Popular, chefiada por Manuel Serra, o último agrupamento deliberou integrar-se como Movimento Autónomo do PSP.

## Cardia na Jugoslávia

UMA DELEGACÃO do Partido Socialista Português, chefiada pelo dr. Mário Sottomayor Cardia, segue hoje para a Jugoslávia, a convite do respectivo Partido Comunista. A iniciativa, embora tendo lugar no âmbito partidário, parece ter em vista o estreitamento das relações entre os dois países.

## Professores estagiários recebidos no MEN

A RESPOSTA governamental à petição de diversos beneficiários pelos professores estagiários do ensino liceal será dada no princípio da próxima semana, segundo comunicou ontem a uma delegação daqueles docentes um alto funcionário do Ministério da Educação e Cultura, dr. Cordeiro.

A audiência foi concedida por volta das 16 e 30 horas, depois de cerca de 200 estagiários, empunhando cartazes, se haverem concentrado diante do edifício do Ministério.

Os pontos fundamentais da petição dos professores referem-se às pretendidas abolições do Exame de Estado e do trabalho didáctico que os estagiários são forçados a apresentar e, ainda, à reivindicação da participação deles próprios na atribuição das classificações do estágio.

E o recém-empossado secretário da Reforma Educativa, prof. Orlando de Carvalho, quem estuda, neste momento, o «dosstere» dos professores estagiários.

## O direito de informar

UMA DAS CONDIÇÕES fundamentais para que os portugueses não percam a liberdade recuperada depois do 25 de Abril é a existência real e concreta do direito de informar.

A complexidade tecnológica e o exorbitante custo de produção da informação levam à concentração dos «mass media» e impossibilitam na prática que cada pessoa deles se sirva para divulgar as suas ideias.

Esta situação tem duas consequências. Por um lado, força ao associativismo; a fraqueza das posições individuais só pode ser suplantada pelo peso da união de quem tem opiniões comuns. Por outro lado, acentua a responsabilidade dos meios de comunicação social; estes, quando não sejam órgãos declarados de partidos políticos, devem procurar dar ao público o pensamento de todas as correntes representativas.

Em Portugal, nos últimos tempos, nem sempre a Imprensa, a Rádio e a Televisão têm assumido clara e inteiramente esta responsabilidade. Nuns casos, porque não se declaram órgãos de partidos, jornais e outros meios que efectivamente o são. Noutros, porque, como sublinhava uma Nota da Redacção que publicamos no último número, surge «um certo monolitismo de tipo antigo suportado por um novo leque de forças que podem tornar-se, também, exclusivistas». Noutros ainda, a dificuldade de distinguir entre o que é e o que não é importante provoca perigosas confusões, sobretudo entre as camadas menos politizadas de opinião pública.

Nos últimos dias, dois partidos, dois dos muitos que apareceram em Portugal desde 25 de Abril, manifestaram-se, um por carta, o outro, indirectamente, através de um comunicado, acerca da eventual parcialidade do EXPRESSO, no actual momento político.

Querremos, desde já, tranquilizá-los. O EXPRESSO está calmamente consciente do seu papel na vida portuguesa. Não somos órgãos de qualquer agrupamento político nem aderimos a qualquer tipo de monolitismo informativo ou opinativo. Estamos, como sempre, abertos, a todas as correntes políticas.

Continuamos, além disso, a fazer por distinguir entre o que é importante e o que o não é.

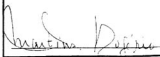
## Um ministro sem protocolo

Ontem, pouco depois da meia-noite, o ministro das Negocios Larmoginas esteve na Rua Castilho, sem protocolo, observando-se durante pouco minutos com gente ansiosa.

Tendo parado o carro em frente de um modesto restaurante, o Sr. Mário Soares, acompanhado pelo dr. Vítor de Cunha Rego, entrou dentro do estabelecimento e fez uma última visita retórica ao salão, um punhado de becalhas, um copo de vinho e some lápis. De pé, ao lado, o popular homem público explicou que entre duas reuniões não lhe restara tempo para almoçar.

Minutos depois Mário Soares e Vítor de Cunha Rego saíram do restaurante como haviam chegado, sem excusas, sem guardas-costas. Condição tranquila dos novos governantes, permitiu-lhes ir ao jantar a um simpático restaurante fazer uma rápida refeição. Um acontecimento quase sem história, mas que só por aí revela bem a diferença abismal entre os homens orgulhosamente sós de ontem e os governantes de hoje.





## Esperança para a Marinha Mercante

Rogério Martins

UMA DAS MAIS promissoras reformas trazidas pela nova estrutura de Governo é a criação, num Ministério civil (no caso o de Equipamento Social e Ambiente) do Secretário da Marinha Mercante.

Há muito que se sentia tal necessidade. Porquê, no contexto europeu, era — mais outro anacronismo ao manter sob a égide da Marinha de Guerra a actividade da Marinha de Comércio. A solução corrente é ter ou um Ministério independente como na Itália, ou ter um subsecretariado do Ministério do Comércio, como na Espanha, a actividade ou é tão importante que se autonomiza, ou ainda o não é e alinha-se, como acção essencial económica, no sector com o qual mantém mais íntima afinidade funcional.

Entre nós, a perspectiva, herança da antiga neutralidade colonial, era a de considerar a marinha mercante não um instrumento económico emancipado, mas um órgão sempre mobilizado do aparelho militar naval, com funções permanentes de ajudar a manter a soberania nos territórios sob dominação portuguesa.

Aqui, como em tantos outros sectores da vida nacional, o estado de crise extrema serviu de pretexto para tornar definitivas medidas de emergência, de modo a manter um

espartilho abafante que desde ao Estado a última palavra sobre tudo, protegendo os interesses que ele entendia ter de proteger, e impedindo o livre acesso à actividade económica a todos os que aparescessem de novo. Assim criado logo no início da guerra de 1934, o órgão controlador da Marinha Mercante foi mantido, para além da guerra terminada; as guerras de África vieram dar-lhe, na década de 60, uma aparência de justificação que não teve de todo na de 50; e como em todos os sistemas de condicionamento burocrático, não podia deixar de se sentir a afiliação para a actividade que da sua existência resultava.

Esperemos que uma das primeiras coisas a fazer pelo novo Secretário de Estado seja dissolver a Junta Nacional da Marinha Mercante, enquanto tal, aumento os seus serviços técnicos para o Gabinete de Estudos e Planeamento que terá de ser criado.

Pouca gente se aperceberá, na verdade, do peso do controle estatal sobre a actividade quotidiana da Marinha Mercante; em comparação com ele, o condicionamento industrial é um sistema mansinho. Comprar ou vender um navio, lançar ou fechar uma carreira, fretar ou afretar unidades, fechar contratos de "tramping", dimensionar as

tripulações em moldes modernos, acilar ou recusar carga, tocar ou não em certos pontos, escolher um calendário ou um outro, tudo dependia da autorização prévia da Junta, como evidentemente a fixação de preços. Toda a actividade gestora, investigadora e operacional do armador português era sujeita ao sim ou não prévio desta entidade; coisas que um armador escandinavo ou holandês decide por si, como negociar as oportunidades vindas pelo mesmo meio uma hora antes, arrastavam-se dias ou semanas entre nós, ou eram mesmo impossibilitadas "a priori". Como, por exemplo, a venda de um navio e a encomenda de um novo. E por poder responder depressa a solicitações neste campo que os armadores noruegueses tornaram a sua marinha a mais "juvenil" do mundo, com menos de quatro anos de idade média de navio (contra os cerca de quinze nossos), além de fazerem lucros substanciais neste género de operações. Por cá, era preciso requerer, explicar, aguardar, insistir, aguardar, desistir.

A contrapartida deste controle minidinho, que tornava de facto a marinha mercante um braço operacional do aparelho colonial, vinha na reserva de bandeira entre pontos de território de domínio

português. Mas era uma contrapartida afinal abafante; em vez de levar as companhias a prepararem-se para o serviço verdadeiramente internacional, treinando para tal a sua gente e abrindo a ele a sua administração, tendia a concentrar espírito e gente na miséria das nossas burocracias; hoje, salvo excepções honrosas, a nossa marinha mercante não está preparada nem está presente no vasto mundo. Há algum barco de bandeira portuguesa tocando os portos festivos de Singapura e cobrem o Pacífico de omeia a leste? Há alguns nos serviços África-América? Qual a penetração nos transportes especializados de químicos ou de automóveis ou de grãos? Qual a penetração no mercado de cruzeiros por existência, que é Miami-Caralbas? Sem falar nos tráfegos rios, de muito difícil mas não impossível penetração, sobretudo se em "joint-venture", do Atlântico Norte, dos Lagos da Austrália ou Japão, ou do Mar Negro, em que os espanhóis enriquecem.

Um outro problema essencial terá de ser frontalmente abordado. E o da legislação que impede a um armador estrangeiro instalar-se em Portugal. Hoje, uma companhia de navegação, para ser portuguesa,

tem de ter 60% de capital português e uma administração toda portuguesa. Ora defendo que a liberalização neste ponto, se bem concebida e vigiada, pode abrir perspectivas altamente animadoras à nossa economia. Há, com efeito, muitos capitais estrangeiros desejosos de investir em marinha mercante em países que apresentem uma legislação acolhedora (do ponto de vista quer fiscal, quer de captação burocrática) e tenham reservas de mão de obra, mas ao mesmo tempo possuam uma legislação social avançada e uma tradição inequívoca de competência técnica marítima. Com efeito, só estas duas últimas condições podem fazer com que os sindicatos e os governos dos próprios países considerem não haver perda de dignidade e de categoria naqueles armadores que escolhem outros países para de lá operarem; as Líbrias ou os Panamá são objecto de críticas e ataques, mas já não o são Chipre ou Malta!

Em vez de marinheiros portugueses terem de emigrar para a Noruega, a Alemanha, ou até Israel, não era melhor tê-los em casa, servindo em companhias que, tendo entre nós os seus escritórios e aparelhando cá, deixariam aos portugueses uma parte importante das suas despesas? Além de se poder ir acumulando aquela soma de "expertise" que só existe nas praças onde se concentram muitas firmas e suas subsidiárias, de um dado ramo de actividade. Será sonho ver um dia Lisboa um centro do "shipping" mundial?

Oxalá comecem por aqui aquelas ideias que tenho defendido de Portugal também: país de serviços; situação geográfica e vocação popular a isso predominantem.

E a criação do Secretariado da Marinha Mercante a isso aponta. Em boa hora saia da carreira e entre nas águas do futuro.

*Alegria, Manuel*

# Poder Político, Poder Económico

Manuel Alegria

APÓS 48 ANOS de um Regime que promoveu um sistema de defesa mútua e entre-ajudar entre o Poder Político e o Poder Económico, o movimento de 25 de Abril veio afectar a calma social de que beneficiara a estrutura empresarial portuguesa.

Anté a apenas em data posterior a Setembro de 1960, as disputas patronal e superiormente observadas, pelas autoridades corporativas, apesar de algumas intervenções da extinta polícia de choque, não eram de modo a perturbar os empresários embora fossem lá revidadores da incapacidade de muitos, em compreender e resolver as pressões reivindicativas que o regime demagógicamente tolerava.

A "vendagem" de 25 de Abril conduziu a uma grande perturbação devida:

— a consequente insegurança provocada pela depuração a que se assistiu em alguns organismos e empresas;

— as reivindicações de natureza salarial;

e fundamentalmente:

— a constatação de que os empresários se encontram face a problemas para que nunca foram preparados a enfrentar nem sózinhos nem integrados em Inês Associações de interesses, suficientemente eficazes para assegurar a sua defesa;

— no vazio resultante de o apoio de classe, assegurado pelo Poder Político, então facilmente pressionado pelos mandos representativos do Poder Económico, haver desaparecido.

A efectiva e não apenas demagógica subordinação do interesse privado ao interesse colectivo, obriga a passar-se pela fase que agora vivemos e que conduziu a um imprescindível saneamento nas empresas nacionais.

— Ao nível dos grandes grupos e para esse saneamento, certamente contribuirá a eliminação de personalidades ineficazes no plano da Gestão empresarial, embora "especialistas" no tráfico de influência e no exercício das pressões que os interesses de que dependiam, consideravam prioritários.

Por outro lado as reivindicações salariais, especialmente pela fixação de um salário mínimo elevado, que contribuirá para estreitamento do leque das remunerações, provocará uma verdadeira revolução em toda a estrutura empresarial portuguesa:

— Empresas haverá que desaparecerão pura e simplesmente, pela natureza das suas actividades, face ao mercado, apenas podendo subsistir através da conservação de salários baixos;

— Outras, poderão contudo ser reanimadas, por grêmicas ou quando directivos diferentes, se os actuais não puderem ou não souberem fazer face à profunda mudança de atitude que lhes é exigida;

— Em outras ainda, assistir-se-á a uma mais justa distribuição da riqueza, criada pelos trabalhadores, conjuntamente com o capital.

— Será inevitável a imposição de um rígido controle de preços sem o que a reforma pretendida será inoperante, por repercutir nos preços de venda sem quaisquer alterações na posição relativa capital-trabalho, o que pretenda ser uma redistribuição de riqueza pela via da remuneração do Trabalho.

Beneficiar-se-á no entanto de uma expansão de consumo interno, de uma elevação de um poder de compra que incidirá tanto sobre artigos de primeira necessidade, como sobre outros em que o "efeito de demonstração" se revele, em função do nível socio-económico em que se situarem os grupos salariais mais beneficiados.

A estrutura do mercado será em consequência, profundamente modificada, exigindo esforços de adaptação e reconversão que condicionarão o futuro de muitas empresas.

Os lucros virão a reduzir-se, sem afectarem contudo, uma justa remuneração para os capitais investidos e a reconhecem de iniciativas, mas impedindo mais valias, a que nos habituámos nos últimos anos, conseqüentes a operações meramente especulativas sem suporte real, certo, do que expectativas facilitadas por uma forte concentração do poder económico, manipulado e criador de oportunidades exclusivas de alguns.

O aumento do poder de compra

exigirá de todo o sistema bancário o efectivo cumprimento da função eminentemente social que lhe está adormida e a quem caberá a captação dos aumentos de disponibilidade e a sua rápida aplicação em projectos de investimento que nos conduzam a níveis de desenvolvimento económico, adequados à progressiva diminuição do atraso a que chegámos.

A função social que cabe à Banca, como à actividade Seguradora, como ainda a algumas actividades cujo situação de privilégio no mercado se justifica, pela sua dimensão e como condição necessária à sua viabilidade económica, coloca-as em posição de ineficácia subordinada ao poder político.

A forma de que essa subordinação se revestirá importa e exige contudo, profunda reflexão pois, se por um lado não poderá aceitar passivamente soluções preconcebidas de nacionalização que, demagógicamente impostas, se revelem ineficazes e contrárias ao verdadeiro interesse colectivo que passariam preponderar servir.

Para além do risco mais frequentemente assinalado, falta de estímulos e consequente ineficácia de uma gestão adormecida por excessivas garantias de segurança e por vezes, injusta subordinação de valores a regulamentos limitativos da iniciativa individual, acrescem inconvenientes específicos do contexto económico português.

A menos que a justa compensação pela cedência das suas acções ao Estado, não fosse atribuída aos titulares do capital das empresas a nacionalizar e isso corresponderia a uma expropriação, que no plano internacional traria ao nosso País gravíssimas conseqüências, tratamos inicialmente os princípios de justiça social a que se subordinou o Movimento das Forças Armadas, as operações de nacionalização envolvem outros perigos das conseqüências graves.

Assim, a liquidado por parte do Estado de zonas importantes, conseqüentes da actual e anteriormente promovida concentração do poder económico, conduziria à detenção, na posse de alguns, de valor investido, mas de valores líquidos capazes de estimular tanto a realização de operações de transferência lícitas para o estrangeiro, como o rein-

vestimento de tais valores em soluções de refugio, de interesse não para a promoção de um desenvolvimento económico que é prioridade indubitável, na luta pelo enraizamento dos valores democráticos na nossa sociedade.

Outros meios existem capazes de, por formas mais eficazes e sem subterfúgios, que deverão ser severamente punidos, garantirem sempre a defesa do interesse colectivo e subordinando, o poder económico ao poder político em todos os sectores em que, manifestamente, se justifique essa inequívoca subordinação.

Tais meios passam contudo e inevitavelmente, por uma real participação dos trabalhadores na gestão das empresas em que se integram, permitindo-lhes participar justamente das mais valias para que o seu trabalho eficaz contribua, em paralelo com a renovação atribuída aos capitais investidos e que, ainda juntamente, deverá ter em consideração o prémio do risco das iniciativas em que aqueles se envolvam.

Acreditamos na viabilidade, na justiça e na eficácia deste caminho, pelas possibilidades que encerra na promoção de valores individuais, que o País não pode dispensar, independentemente de facilidades de fortuna ou grupo social, e sem prejuízo da subordinação, dos trabalhadores sibiis, à defesa dos justos interesses dos que representam, através da defesa de um patrioísmo originário de riqueza, que deles depende e a qual deverão todos ter justo e permanente acesso. Acesso que, no entanto, não pode ser gratuito, por injusto, mas coerente com a capacidade de cada um, por todos reconhecida, sem equívocos nem ambigüidades.

Naturalmente que tal caminho exige uma profunda alteração da estrutura dos centros de decisão das empresas, uma profunda alteração de hábitos enraizados e muita coragem, sentido das realidades e patriotismo por parte dos empresários portugueses; para que, entre outros assuntos, não seja a de uma desgastante luta, coordenada ou inausueto assim o esperarmos, pela defesa de posições, a maioria injustas, em prejuízo dos seus próprios interesses como trabalhadores, em prejuízo dos capitais que devem defender, em prejuízo do País que é o seu.

*Alf. da F. Correia da Silva*

## A África e o complexo de Pilatos

F. Correia da Silva

O ACTO COLONIAL azeiteu a visão ampla de Noron de maio. Depois houve a falcatrua do Acto Colonial. Para disfarçar as suas grandes mentiras, foi então o fascismo compelido a pregar meia-verdades. Comprometidas, mas sacrificáveis.

Por uma acção de repulsa mental, os resistentes foram vomitando as mentiras, mas foram também vomitando as meia-verdades, e nesses libes provocava e outra metade verdadeiras que ficava por falar. Corre-se assim o perigo de ter a saudável parga contra o fascismo também eliminado graças parte da nossa flora mental. Havia a meia-verdade da sociedade multirracial do português dos trópicos! Sob esta capa flamejante, também doutrina do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, quando oprimido, quando exploração monopólicia, quando enxada: emporcação tanto mais facilitada quanto é real a existência da outra metade verdadeira, ou seja: a plasticidade lusitana com etnias misturadas, a fácil circulação do português entre tribos negras. Digo mesmo: a diferença que o africano faz entre os portugueses e os outros trópicos. Bem se sabe que as relações do português com o negro foram quase sempre as do explorador com o explorado. Mas também a proliferação de relações sentimentais entre um e outro, sem qualquer paralelo entre as relações sentimentais de qualquer outro europeu com africanos, decididamente perturba a aplicação de soluções esquemáticas.

Na África, as rivalidades tribais muitas vezes levam ao genocídio. No Biafra não foram necessários aríetes, nazis ou stalinistas para exterminar um milhão de ibos. E se na Guiné, Angola e Moçambique

vai despertando uma consciência nacional, isso só está sendo possível através da utilização da língua portuguesa e da fusão cultural levada a cabo pelo português.

Exploradores e explorados, mas também miscigenação, a cultural bem mais importante do que a física. Neste momento, as minorias brancas, levadas à histeria pelo boato fascista, poderão tentar uma aventura estilo Rodésia, e logo os banhos de sangue, as mítidas chacinas, o caos. É solução que não interessa nem a pretos nem a brancos. Tem os partidos de esquerda, em Portugal, que moderar as suas passivas para não levar o público aos portugueses de África; mas não é tal ponto que levem os movimentos de libertação a considerá-los neo-colonialistas. Saldos do formalismo imposto pela Censura, temos que inventar o formalismo do equilíbrio. Independência significa liberdade para o africano; já para as minorias brancas significa terror, chacinas, humilhação, Congo, Guacemini. Substituído-a por so-bemalida ou outro slandimo virgem, talvez se consiga evitar que o cidadão de boa cepa lusitana, portador de um sistema cultural sempre em aberto, corra a buscar a protecção dos sussurros negreiros predilectos à aventura separatista.

É urgente reconhecer-se em África e Portugal que a aliança natural é entre libertadores portugueses e libertadores africanos. O mesmo regime que massacrava negros em Inhambina, massacrava camponeses no Alentejo. Entretanto, e por causa das mentiras e meia-verdades, existe em vastas áreas do anticolonialismo português um perigoso complexo de Pilatos, "brancos em África são fascistas, os pretos que custem deles..." Complexo castrador da mais

elementar solidariedade para com as populações brancas apavoradas, e para com as populações negras arriscadas a herdar o caos. Complexo de miopia política, porque em caso de aventura separatista, difícil seria manter a unidade dos capitais ante a chacina de populações brancas, e o fascismo só aguarda essa quebra de unidade para o retorno. Se a África faz a revolução portuguesa, também a África irá consolidá-la ou destruí-la.

Contudo, a conquista da sanidade pode estar na circunstância da maioria dos líderes africanos ter lutado em Lisboa, vai para 25 anos, e juntamente com os seus camaradas portugueses, contra o fascismo de Salazar. E serão possivelmente esses mesmos camaradas os interlocutores numa conferência de paz. Nessa oportunidade, o recordar de uma mesma violência, o sentir que afinal se está do mesmo lado da barricada, certamente levará os homens de um lado e outro a querer ouvir a sua responsabilidade das dificuldades. O urgetismo é levar as duas partes à mesa de conferências.

No jogo da guerra e da paz as cartas estão sendo jogadas velocemente, e novos povos podem surgir a qualquer instante. Seghor acaba de jogar a sua primeira e limpa carta. Já o Brasil é uma integrónia. Se Getúlio, por real fraternidade ao povo português e aos povos africanos que falam a mesma língua, e distribuído em interesses económicos a que, por agora, podemos chamar slas, tiver uma palavra de moderação para ambas as partes, preciosa será esta palavra. Mas se por trás de Getúlio há tenrocos interesses económicos esperando ocupar em Angola e Moçambique o vazio que os portugueses vão

deixar, então o Brasil está contribuindo para a victimização desses dois Estados. Teríamos interesse a facilitar uma possível conspurcação de Tomás e/ou Cetano, não a contar com a vitória do separatismo, mas com a sua eclosão e futura derrota, e o futuro e oportuno vazio a ser ocupado com bastante lucro. Do Brasil e Angola vai um salto.

Soluções de paz? "Portugal e Futuro" obtive uma ampla apatção, não apenas pelo carácter de uma opinião antigoverno, mas porque levantava uma proposta de fraternidade com os povos africanos. Foi uma forma de ler a alma dos portugueses aporreganhados pelos crimes absolutamente cometidos em seu nome. Entretanto, a ideia de federação deve estar superada pelos acontecimentos. Tivemos o 25 de Abril eclosido em 1964, e talvez a sua validade. Há, porém, outras formas de concretizar a fraternidade necessária. Eis uma, entre outras, a fim ao plano de Seghor:

1. Portugal reconhece a soberania política da Guiné, Angola e Moçambique, desde que ganados os legítimos (ou os legítimos) interesses e direitos das populações brancas, mestiças, asiáticas e negras favoráveis aos portugueses.
2. Assim como já existe a dupla nacionalidade entre portugueses e brasileiros, uma múltipla nacionalidade entre portugueses, guineus, angolanos e moçambicanos.
3. Comunidade económica luso-africana para apormentar todo o jogo económico já existente. Aproveitar, mas igualmente ao quatro Estados.

E uma forma de paz. Outra de vem surgir. A melhor delas depende de todos nós.

329



*Parvalho, Américo Tomás de*

## À consideração da J. S. N e do Movimento Militar

Augusto de Carvalho

DIZIA, em tempos, um amigo meu que o fascismo mais não é que a corrupção instalada no poder. Conquistam-no pela força, legislam um aparelho jurídico condizente, organizam os meios de repressão. Ele aí está. Institucionalizado como ordem.

A respeito do fascismo contam os italianos muitas anedotas, mas aquela que me parece mais sintomática, é a do filho que não sabia o significado de tal palavra. Porém durante as refeições, aguçado pela curiosidade infantil, massacrava constantemente o pai com perguntas e mais perguntas. O pai, adepto fervoroso de Mussolini, nada dizia, até que um dia, cansado de ouvir do miúdo sempre a mesma cantilena, «mas, pai, diz-me o que é o fascismo?», desatou a barafustar, confusamente, e, virando-se para a criança que levava à boca uma garfada de «polenta», gritou: «Ah, filho mio, magna e sta zitto», que é como quem diz, em vernáculo de Salazar: «Come e cala-te».

O fascismo pôs a mesa com todos os ingredientes da corrupção servida por lacaios fiéis ou tímidos, de séculos mais ou menos fascistizados. Quem quisesse comer, sentava-se, quem não quisesse comer, abandonava a sala de jantar e não coma mesmo daqueles manjares. Foram muitos os que bateram a porta e não comeram.

As palavras acabadas de escrever são simples. Chás mesmo, para traduzir a ordem institucionalizada pelo velho Estado Novo. Pelos seus cérebros Para que tal ordem vingasse e prosperasse foi necessário organizar todo um aparelho de repressão. E foi criada a Pide e foi criada a Legião e as próprias Forças Armadas já criadas foram lançadas na sua defesa e salvaguarda, até que um dia acordaram do longo sono hipnótico em que as haviam mergulhado.

Lembro-me, por exemplo, de advogados de grandes empresas que mantinham os trabalhadores por via da força económica, aliada à Pide, na repressão silenciosa e amedrontada. Repressão essa que, todavia, continua, mas subtil. Florida, que é mais simpática, e torna o fardo mais leve.

O 25 de Abril encheu os Portugueses de esperança, uma esperança florida, que oxalá não venha substituir ao povo uma canja escura e suja por uma outra repintada e enfeitada de cravos ainda que vermelhos.

### Américo Tomás e Marcelo Caetano

Foi prometida justiça para os opressores do povo português. E justiça em termos de julgamento moralmente honesto, regula-se por leis escritas em códigos de gente civilizada, que são apenas aqueles em que as normas reflectem, em última análise, o pensamento do conjunto da nação. Justiça não é «eventada». Só os tribunais legítimos são competentes para a aplicar.

O Movimento das Forças Armadas derrubou um governo que classifica de opressivo e atentório dos direitos mais legítimos do cidadão. A Junta Militar gloriou-se do mote. Com efeito, Américo Tomás e Marcelo Caetano foram, entre os vivos, os principais construtores ou responsáveis pela continuação do regime fascista, a que o segundo emprestou toda a força da sua inteligência jurídica. O tal regime opressor que a Pide servia (note-se bem, servia, obedecendo) para que não ruísse do pedestal do poder e continuasse a massacrar o povo português. A Pide era um meio. Um meio para que as decisões de cúpula fossem incrustadas e espalhadas na massa, no meio do maior silêncio.

A Junta de Salvação Nacional entendeu, por um acto unilateral, ditatorial mesmo, sem sequer consultar o Governo Provisório, enviá-los para o Brasil a seu pedido. É já um castigo. Um exílio, embora que dourado. De acordo. Mas era a Junta competente para aplicar a sanção que os reus escolheram, sem dar cavaco ao povo, comunicando-lhe apenas o facto consumado?

Pessoalmente sou contra a vingança, sou pelo perdão, mas sou igualmente pelo jogo franco e pela manutenção das promessas que todos os dias nos fazem.

Que significado tem manter atrás das grades os agentes de primeira ou segunda, os simples informadores, quando os homens a quem obedeciam, partem tranquilamente para terra amiga, onde poderão, por mais que se diga, desenvolver uma vida normal? Que significado têm as caras dos agentes divulgadas pela televisão, órgão controlado pela Junta de Salvação Nacional, apontando-os à fúria popular, podendo ocasionar cenas tristes de reações contra pessoas que são simples sócias?

### Talvez não conviesse...

Pode mesmo acontecer que não conviesse julgar Marcelo Caetano e Américo Tomás, pela simples razão que todos, mais ou menos, colaborámos com o governo deposite e a guerra colonial emparalhou-nos até aos ossos. Alguns já nos perdóamos a nós mesmos, mediante uma conversão de mentalidades, conversão que muitos de nós aliás não precisavam, embora fizesse jeito um ligeiro afinamento. As próprias Forças Armadas responsáveis na primeira linha, vide massacres continuos no Ultramar, purificaram-se nas sacrossantas águas do baptismo do 25 de Abril. E desse baptismo

redentor nasceu o homem novo que todos saudamos e de quem todos gostamos.

A mesa do banquete sentaram-se, inclusivamente, muitos dos que já, na altura, se diziam democratas. Por vezes mais ainda que um ou outro ministro. Poderia alinhar nomes em fila de quilómetro. Dos chamados democratas.

Ministros conheço eu que entraram para o governo do velho regime com a finalidade de o fazerem evoluir. Que pouco ou mesmo nada se serviram do banquete e eram considerados traidores pelos então, donos da casa. Democratas conheço eu que se basequetearam à grande e à francesa, dançando no pinhal do rei com pides e tudo. Nos últimos tempos do Regime, uma pontinha de esquerda fazia prosperar o negócio. Por estas e outras, é que vamos encontrar na maioria das grandes empresas, potenciando as respectivas estruturas capitalistas e contribuindo para o pagamento de ordenados de quase miséria, homens que se diziam de esquerdas, já que hoje todo o mundo é de esquerdas, incluindo o próprio Silva Pais que na cadeia de Caxias é muito bem capaz de dizer que, poderia, com a sua longa experiência, servir maravilhosamente o novo regime. No fim e ao cabo é um tecnocrata da tortura.

### Novos banquetes à vista

Vivemos num colectivo sentimento de culpa de que nos vamos purificando, melhor ou pior, alguns esperando já possibilidades de novos banquetes, já que os tempos não mudaram assim tão substancialmente. Portanto assentes na famosa Pide-D. G. S.

Os cozinheiros já afinam as trombetas a chamar para a mesa. Se não ouçam essa: «Há dias perguntava-me, a mim que sou jornalista, conheço muita gente, muita porcaria e muitas virtudes, um ilustre senhor da nossa Lisboa bonita, saltando à pressa para o comboio da democracia que passava, na altura, por aquela estação».

«Você acha que os nossos homens do Movimento Militar serão sensíveis a uns conselhos de administração, factuais ou quejandos? E que já fui abordado por industrial que gostariam de os ver à pelas suas casas. Sabe? Os tempos são outros»...

Não sei, respondi. Conheço, no entanto, uma frase do velho Demóstenes, que reza assim: «Não há cidade que resista a um barracão de prata» e não se bem o que seja o povo unde que nunca mais será vencido. Por enquanto, não vejo esse povo unido.

O meu amigo sorriu-se, como quem compreende a natureza humana e, certamente a estas horas já haverá lugares talhados para os bravos rapazes que se lavaram nas águas do Baptismo do 25 de Abril.

Mas também os cristãos são baptizados e muitos deles mergulham novamente no pecado. De pés, mãos, cabeça e tudo. E nunca mais se levantam.

Voltando aos julgamentos, não façamos demagogia e tenhamos cuidado com as palavras que, quando não cumpridas, geram frustrações difíceis de sanar. E sejamos coerentes.

# Quem foi Humberto Delgado?

**HUMBERTO DA SILVA DELGADO** nasceu em Torres Novas, em 15 de Maio de 1906, filho do major Joaquim da Silva Delgado e de Maria do Ó Pereira Delgado.

Entre 1916 e 1925, frequentou o Colégio Militar e a Escola do Exército, onde foi classificado em primeiro lugar no curso de artilharia. De 1926 a 1928, tirou o curso de piloto e observador da aeronáutica e frequentou, nos anos que se seguiram, as Faculdades de Ciências, Letras e Direito em Lisboa. Terminou em 1936 o curso de Estado Maior, com distinção. Em 1952, já com o curso de Altos Comandos, foi promovido a brigadeiro e a general por escolha no ano seguinte.

Com a patente de alferes, tomou parte no movimento revolucionário de 3 de Fevereiro de 1926, participou no 28 de Maio e, em 1927, lutou contra os revoltos de 7 de Fevereiro.

Tendo passado para a Aeronáutica, estabeleceu o recorde de voo em Portugal em 1929 e foi, no mesmo ano, secretário do ministro da Instrução.

Em 1939 era membro da missão militar das colónias para estudo da defesa dos territórios ultramarinos e, de 1941 a 1943, em plena Guerra,

representou o governo nos acordos secretos estabelecidos com a Inglaterra, fixando os termos da concessão da base estratégica dos Açores.

Foi professor da Escola do Exército e do Estado Maior e, de 1944 a 1946, foi director geral do secretariado da Aeronáutica Civil donde saíram depois os TAP e se concretizou a primeira ligação comercial entre Lisboa, Luanda e Lourenço Marques.

Procurador à Câmara Corporativa em 1951-52, foi então nomeado adido militar em Washington e desempenhou as funções de chefe da missão militar da NATO, onde permaneceu 5 anos. Representou o nosso país na primeira explosão atómica, em 1955 em Las Vegas, Nevada e participou em diversas conferências internacionais de aeronáutica na Irlanda, França, Austrália, Suíça e Canadá, nomeadamente as conferências para as regiões Atlântico-Norte, Euro-Mediterrânica e Pacífico-Sul.

Colaborou na imprensa nacional e estrangeira, com artigos especializados em aeronáutica e foi autor de uma proposta para um sistema de unidades de medida que a Organização da Aviação Civil Internacional viria a adoptar.

Possui diversas condecorações e comendas, era oficial

da Ordem de Mérito dos Estados Unidos, de Mérito Militar de Espanha e da Ordem do Império Britânico.

Em Maio de 1958 fez publicar uma proclamação a todos os portugueses da Metrópole e do Ultramar com a qual abria a sua campanha eleitoral como candidato às eleições presidenciais de 1958.

Na conferência de imprensa que teve lugar em 10 do mesmo mês, e respondendo a uma pergunta sobre o papel que destinara a Salazar no caso de ser eleito, Humberto Delgado afirmou sem hesitação: «Demito-o» e em entrevista concedida a um jornal de Lisboa, esclarecia:

«...pedo pouco para a política, apesar de internacionalmente ser considerado um conciliador... E coscho a distância, pequena, entre a rocha Tarpeia e o Capitólio. Os ditadores é que a não conhecem. Que o país deixe de ter medo! Que se lembre de Golias, fanfarrão e gigante a quem afinal o enfezado David aniquilou apenas com uma pedrada bem dirigida. O Golias é a situação. Nós, a oposição.»

Dias depois começavam a chamar-lhe o general sem medo.

Por ter impugnado o processo fraudulento que, esbulhando-o dos votos e mano-

brando vontades, aterrorizava o povo e enfraquecia a oposição por todos os meios ilegais, Humberto Delgado foi afastado do serviço em Janeiro de 1959, já com o candidato Américo Tomás na presidência da República.

Em 12 desse mês, «sob iminente risco de ser preso ou morto pela PIDE», segundo as suas próprias palavras que meia dúzia de anos mais tarde se reconheceriam tragicamente proféticas, o general deposto pedia exílio político na Embaixada do Brasil, onde permaneceu 96 dias. Deve-se à intransigente defesa dos seus direitos, incansavelmente mantida pelo embaixador Álvaro Lins contra as pressões da polícia política de Salazar, a obtenção de um visto para sair do País. Começou então o longo exílio no Brasil, em Marrocos e na Argélia, mas o «general sem medo» não se tinha dado ainda por vencido e continuava a chefiar a oposição no estrangeiro.

Voltou ainda a Portugal, como aliás havia prometido à partida. Vinha disfarçado, com falso passaporte, acompanhado de «uma sobrinha», Arajarir de Campos. Permaneceu 13 dias mas nem sempre escondido: entrou pela fronteira de Vila Nova de Ficalho em 29 de Dezembro

de 1960, dirigiu-se imediatamente a Lisboa à procura dos partidários que com ele haviam preparado o célebre assalto ao quartel de Beja, mudou de casa 7 vezes e, verificando que os planos não estavam a ser realizados, rumou para Beja na própria noite do golpe armado.

Os outros revolucionários tinham-no precedido de algumas horas e, quando o general chegou, cerca das duas da manhã do dia 1 de Janeiro, a situação dos revoltosos já era crítica, a polícia nas ruas, agitação no quartel. O general esteve dois dias escondido no Alentejo e daí seguiu para o Porto. Só no dia 10 Humberto Delgado saiu do país por Barca de Alva, regressando por Espanha e norte de África ao Brasil, onde continuou a trabalhar para derrubar o regime salazarista.

Não o conseguiria, já que os esbirros do seu mais acérrimo inimigo não lhe dariam tempo: Humberto Delgado e a secretária Arajarir de Campos, foram assassinados em 13 de Fevereiro de 1965, perto da fronteira hispano-portuguesa e os seus cadáveres apareceram dois meses depois, mal enterrados nas proximidades de Vila Nueva del Fresno, a 60 quilómetros de Badajoz.